



CONTAS DE GERÊNCIA

2021

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 500953171
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	994 708,10	883 247,43
Investimentos financeiros	12.1	4 249,79	3 071,06
		998 957,89	886 318,49
Activo corrente			
Inventários	6	1 953,32	2 138,03
Créditos a receber	12.3	13 850,21	23 145,24
Estado e outros entes públicos	12.9	16 179,74	1 339,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	34 940,50	34 589,50
Diferimentos	12.5	3 281,71	2 614,85
Outros ativos correntes	12.4	80 091,48	47 731,64
Caixa e depósitos bancários	12.6	68 665,59	23 694,35
		218 962,55	135 253,24
Total do ativo		1 217 920,44	1 021 571,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	48 815,30	48 815,30
Resultados transitados	12.7	229 795,02	171 710,26
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	673 997,05	545 770,98
		952 607,37	766 296,54
Resultado líquido do período		53 359,55	58 084,76
Total dos fundos patrimoniais		1 005 966,92	824 381,30
Passivo			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	9 885,04	11 176,02
Estado e outros entes públicos	12.9	23 969,33	25 910,47
Outros passivos correntes	12.10	178 099,15	160 103,94
		211 953,52	197 190,43
Total do passivo		211 953,52	197 190,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 217 920,44	1 021 571,73

A Direção
Paulina Botelho do Ó Mesquita Pinto
Joana Oliveira

O CC

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA MARTINS CORREIA**

Num. de Identificação: 06600017

Data: 2022.03.07 16:02:08+00'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados.

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	190.860,73	206.710,55
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	819.192,45	714.670,99
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-45.111,72	-37.140,02
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-111.671,11	-81.645,44
Gastos com o pessoal	10	-822.604,33	-715.789,36
Outros rendimentos	12.13	56.263,54	35.606,82
Outros gastos	12.14	-2.080,88	-33.382,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		84.848,68	89.030,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-31.489,13	-30.945,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53.359,55	58.084,76
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		53.359,55	58.084,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		53.359,55	58.084,76

A Direção

O CC

Isabel Maria Pereira Baptista Martins Correia
Joana Oliveira

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
MARTINS CORREIA

Num. de identificação: 06600017

Data: 2022.03.07 16:03:04+00'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.



CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		197 849,43	192 140,15
Pagamentos de apoios		0,00	-60,03
Pagamentos a fornecedores		-160 684,68	-144 087,67
Pagamentos ao pessoal		-779 540,57	-729 301,02
Caixa gerada pelas operações		-742 375,82	-681 308,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		781 232,61	697 991,27
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		38 856,79	16 682,70
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-142 949,80	-307,38
Investimentos financeiros		-942,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		6,25	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-143 885,55	-307,38
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		150 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		150 000,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		44 971,24	16 375,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		23 694,35	5 706,43
		68 665,59	23 694,35

A Direção

O CC

Claudia Catarina do O'Neiquito Pinto
Isolena Oliveira

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
MARTINS CORREIA
Num. de Identificação: 06600017
Data: 2022.03.07 16:03:42+00'00'
Certificado por: Ordem dos Contabilistas
Certificados.
Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.





CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ

Anexo

7 De março de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Activos Fixos Tangíveis.....	12
6	Inventários	13
7	Rédito.....	14
8	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	14
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	15
12.1	Investimentos Financeiros.....	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	16
12.3	Creditos a receber.....	16
12.4	Outros ativos correntes	17
12.5	Diferimentos	17
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.7	Fundos Patrimoniais	17
12.8	Fornecedores	18
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	18
12.10	Outros passivos correntes	18
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.12	Fornecimentos e serviços externos	19
12.13	Outros rendimentos.....	19
12.14	Outros gastos	20
12.15	Resultados Financeiros	20
12.16	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

A “CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 180/97 de 6 de Agosto, Série III, com sede em Rua João de Barros, Nº1 - Lourinhã. Tem por finalidade e objetivos principais a criação e manutenção de obras de âmbito social e cultural com a participação dos interessados, designadamente nos sectores da Infância, Juventude e Terceira Idade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

-
- a) Creches, Jardins-de-infância e A.T.L.
- b) Centros de Dia
- c) Lares para Idosos
- d) Apoio Domiciliário
- e) Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram

preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros mencionados no balanço são referentes ao FCT, valor exigido pela lei.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo corrente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Nesta rubrica no balanço existe um valor de 135.975,61€ de Investimentos em curso, de uma obra a finalizar no próximo ano.

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51 487,91					51 487,91
Edifícios e outras construções	1 440 830,75					1 440 830,75
Equipamento básico	17 798,28					17 798,28
Equipamento de transporte	4 249,98					4 249,98
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	249 698,03	307,38				250 005,41
Outros Ativos fixos tangíveis	52 368,44					52 368,44
Total	1 816 433,39	307,38	0,00	0,00	0,00	1 816 740,77
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	582 713,27	28 920,57				611 633,84
Equipamento básico	14 057,35					14 057,35
Equipamento de transporte	2 337,50	425,00				2 762,50
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	251 916,13	1087,40				253 003,53
Outros Ativos fixos tangíveis	51 523,30	512,82				52 036,12
Total	902 547,55	30 945,79	0,00	0,00	0,00	933 493,34

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	51 487,91					51 487,91
Edifícios e outras construções	1 440 830,75	1646,69				1 442 477,44
Equipamento básico	17 798,28					17 798,28
Equipamento de transporte	4 249,98					4 249,98
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	250 005,41	5327,50				255 332,91
Outros Activos fixos tangíveis	52 368,44					52 368,44
Total	1 816 740,77	6 974,19	0,00	0,00	0,00	1 823 714,96
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	611 633,84	29 030,35				640 664,19
Equipamento básico	14 057,35					14 057,35
Equipamento de transporte	2 762,50	425,00				3 187,50
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	253 003,53	1 520,96				254 524,49
Outros Activos fixos tangíveis	52 036,12	512,82				52 548,94
Total	933 493,34	31 489,13	0,00	0,00	0,00	964 982,47

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 454,62	38 371,04	0,00	2 138,03	45 146,42	0,00	1 953,32
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 454,62	38 371,04	0,00	2 138,03	45 146,42	0,00	1 953,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				37 140,02			45 111,72
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	183 562,76	204 809,21
Quotas e joias	5 351,97	0,00
Serviços secundários	1 946,00	1 901,34
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	190 860,73	206 710,55

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2020 e 2021, não ocorreram variações relativas a provisões

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
ISS,IP - Centro Distrital	734 162,05	644 164,00
Creche	478 104,28	424 769,47
Pré-escolar	151 808,52	149 961,56
Compensação Educadoras	39 693,36	15 698,52
Layoff Simplificado	52 555,89	41 734,45
Utilização n/instalações - Renda	12 000,00	12 000,00
IEFP	62 013,72	45 470,38
IAPMEI	760,50	
Apoios do Governo		
Camara Municipal Lourinhã	14 400,00	17 925,00
Total	811 336,27	707 559,38

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foi de 5 elementos. De um período para outro verificou-se a saída das Exas Sras.: Dr.ª. Sofia Cabral Lopes, Joana Andrade e Sandrina Dionísio, tendo sido substituídas pelas Exas Sras.: Cláudia Pinto, Magda Faria e Nádia Vicente respetivamente.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de “46” e em 31/12/2021 foi de “56”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	685 065,35	592 024,10
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	1 628,95
Encargos sobre as Remunerações	126 585,69	111 604,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 632,07	5 388,11
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 321,22	5 143,43
Total	822 604,33	715 789,36

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	4 249,79	3 071,06
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4 249,79	3 071,06

Valor referente aos Fundos de Compensação do Trabalho (FCT)

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	34 601,50	34 249,50
Doadores - em curso	437,00	437,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	35 038,50	34 686,50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	98,00	97,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	98,00	97,00

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	12 978,71	22 156,24
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes	29 168,12	29 218,12
Total	42 146,83	51 374,36

Nos períodos de 2021 e 2020 estão registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Cientes		
Utentes	-28 229,12	-28 229,12
Total	-28 229,12	-28 229,12

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	39 693,36	15 698,52
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	40 398,12	32 033,12
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	80 091,48	47 731,64

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 723,96	2 135,44
Outros fornecimentos e serviços	557,75	479,41
Total	3 281,71	2 614,85
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	98,50	849,36
Depósitos à ordem	68 567,09	22 844,99
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	68 665,59	23 694,35

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	48 815,30			48 815,30
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	171 710,26	58 084,76	0,00	229 795,02
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	545 770,98	128 226,07	0,00	673 997,05
Total	766 296,54	186 310,83	0,00	952 607,37

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	9 885,04	11 176,02
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	9 885,04	11 176,02

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16 179,74	1 339,63
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	16 179,74	1 339,63
Passivo		
Fundos compensação (FCT,FGCT)	223,96	78,20
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 104,68	6 638,49
Segurança Social	18 640,69	19 193,78
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	23 969,33	25 910,47

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		803,84		310,16
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		176 389,31		157 690,62
Outros credores		906,00		2 103,16
Total	0,00	178 099,15	0,00	160 103,94

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	811 336,27	707 559,38
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	7 856,18	7 111,61
Legados	0,00	0,00
Total	819 192,45	714 670,99

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	55 996,11	37 393,19
Materiais	2 383,34	2 274,58
Energia e fluidos	27 474,53	21 783,70
Deslocações, estadas e transportes	146,90	28,80
Serviços diversos	11 473,54	13 541,82
Encargos utentes	14 196,69	6 623,35
Total	111 671,11	81 645,44

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	27 177,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	79,73	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	42,98
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2 732,67	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26 274,14	35 563,84
Total	56 263,54	35 606,82

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,90	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	1,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	2 079,98	33 381,99
Total	2 080,88	33 382,99

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	0,00

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela direção em 29 de junho 2021.

Lourinhã, 7 de março de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
MARTINS CORREIA**
Num. de Identificação: 06600017
Data: 2022.03.07 16:04:20+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas
Certificados.**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



Cláudia Cabral do Ó Mesquita Pinto
Jocna Oliveira

CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900111 - Creche LNH

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	42.071,09	64.190,96
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	284.015,64	264.809,23
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-16.932,97	-13.221,36
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-35.199,24	-22.729,17
Gastos com o pessoal	10	-304.980,62	-285.790,56
Outros rendimentos	12.13	23.630,95	11.086,84
Outros gastos	12.14	-766,54	-4.335,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-8.161,69	14.010,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-10.680,91	-10.483,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18.842,60	3.526,94
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-18.842,60	3.526,94
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-18.842,60	3.526,94

A Direção

O CC

Cláudia Catarina do Ó Mesquita Pinto
Jana Oliveira

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
 MARTINS CORREIA
 Num. de Identificação: 06600017
 Data: 2022.03.11 17:21:34+00'00'
 Certificado por: Ordem dos Contabilistas
 Certificados.
 Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.



CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900101 - Creche (Mart.)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	59.657,53	70.554,46
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	272.727,79	223.187,24
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-11.990,51	-10.158,52
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-28.997,10	-21.366,24
Gastos com o pessoal	10	-255.591,40	-218.675,90
Outros rendimentos	12.13	15.119,84	8.089,27
Outros gastos	12.14	-561,22	-5.138,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50.364,93	46.491,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8.093,71	-7.952,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.271,22	38.538,98
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		42.271,22	38.538,98
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		42.271,22	38.538,98

A Direção

O CC

Isabel Catarina do O Mesquita Pinto
Poona Oliveira

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
MARTINS CORREIA

Num. de identificação: 06600017

Data: 2022.03.11 17:21:02+00'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.



CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900103 - Pré-Escolar (Mart.)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	83.780,14	71.965,13
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	236.049,02	201.474,52
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-16.188,24	-13.760,14
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-39.499,06	-31.866,54
Gastos com o pessoal	10	-262.032,31	-211.322,90
Outros rendimentos	12.13	16.781,11	8.945,32
Outros gastos	12.14	-753,12	-23.909,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18.137,54	1.526,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-12.317,34	-12.112,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.820,20	-10.585,89
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		5.820,20	-10.585,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5.820,20	-10.585,89

A Direção
Paulina Cabral do Mesquita Pinto
Joana Aveira

O CC

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
 MARTINS CORREIA
 Num. de identificação: 06600017
 Data: 2022.03.11 17:20:20+00'00'
 Certificado por: Ordem dos Contabilistas
Certificados.
 Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.



CASA DO POVO DO CONCELHO DE LOURINHÃ
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500953171

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9009 - Sede

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	5.351,97	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.11	26.400,00	25.200,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-7.975,71	-5.683,49
Gastos com o pessoal	10	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	731,64	7.485,39
Outros gastos	12.14	0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.507,90	27.001,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-397,17	-397,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.110,73	26.604,73
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		24.110,73	26.604,73
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		24.110,73	26.604,73

A Direção

Cláudia Catarina do O Mesquita Pinto
Lucia Oliveira

O CC

Assinado por: ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA
MARTINS CORREIA
 Num. de Identificação: 06600017
 Data: 2022.03.11 17:19:28+00'00'
 Certificado por: Ordem dos Contabilistas
Certificados.
 Atributos certificados: Membro da OCC nº 2453.





Parecer

Conselho Fiscal

Prezados Sócios

- Em cumprimento das normas estatutárias, vem o Conselho Fiscal da Casa do Povo do Concelho da Lourinhã, IPSS, emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício em 31 de Dezembro de 2021, apresentado pela Direção.
- No período em apreciação, o Conselho Fiscal, procedeu às verificações que entendeu necessárias dos registos contabilísticos e mais documentação.
- O Conselho Fiscal obteve da Direção, toda a colaboração e o suporte adequado, das operações realizadas.
- O relatório elaborado pela Direção, bem como o Balanço e a Demonstração de Resultados, que foram objecto de verificação quanto à forma e conteúdo, mostram com clareza a situação financeira da Associação e, a sua evolução no exercício de 2021, apresentando no Balanço o Ativo de 1.217.920,44 €, o Passivo de 211.953,52 € e Fundos Patrimoniais de 1.005.966,92 €, na Demonstração de Resultados são apresentados os Gastos de 1.012.957,17 € e os Rendimentos de 1.066.316,72 € apurando o resultado positivo de +53.359,55 €, resultado este transferido para a conta de Resultados Transitados.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a **Assembleia Geral** aprove:

- a) O Relatório da Direção, as Contas e os Resultados do Exercício de 2021;
- b) A proposta de transferência do resultado.

Lourinhã, 11 de Março de 2022

O Conselho Fiscal

